



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - DÍVIDA PÚBLICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1432/09	DATA: 09/09/2009
INÍCIO: 14h43min	TÉRMINO: 16h39min	DURAÇÃO: 01h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h56min	PÁGINAS: 55	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Deliberação sobre requerimentos.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há falha na gravação. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Havendo número regimental, declaro aberta a quarta reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários desses pagamentos e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País.

Convido os nossos Vice-Presidentes para ficarem à vontade e participarem da Mesa. Seria um prazer. Mas, se preferirem a planície, também estejam à vontade.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas das segunda e terceira reuniões. *(Pausa.)*

O Deputado Márcio Reinaldo pede dispensa da ata. *(Pausa.)*

Fica dispensada.

Em discussão as duas atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam em seus lugares. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Vamos à Ordem do Dia.

Deliberação sobre os requerimentos. Houve uma discussão já sobre isso. O nosso Relator apresentou um plano de trabalho. Portanto, vamos, de imediato, aos requerimentos.

Requerimento nº 4, de 2009, do Sr. Ivan Valente, que “requer ao Ministério da Fazenda a disponibilização a esta Comissão, no prazo de 15 dias, das informações sobre os detentores de títulos da dívida interna pública federal, conforme discriminação a seguir”.

É bom informar que aqui no resumo, na realidade, Deputado Ivan Valente, trata-se de tipos de detentores. Não se trata de uma relação nominal. Só para não haver dúvidas. Informações sobre os detentores, ou seja, tipologia dos detentores...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - ...por classe.

Tem o inteiro teor aqui. Quem quiser ler... Mas este aqui já tínhamos percebido.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.



Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Eu acho que entendi claramente o objetivo do Deputado Ivan Valente, mas, para que haja maior informação para esta Comissão, seria interessante que houvesse o levantamento histórico, Deputado Ivan, não apenas a fotografia atual, para que pudéssemos ter, no prazo de 10 ou de 15 anos, a evolução da participação de cada categoria. Do jeito que está redigido, está pedindo só a foto. Acho que seria bom vermos o filme todo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu tenho a impressão de que já foi feita uma comunicação, que nós tínhamos combinado aqui, informal. Se pedirem mais prazo, não teria muito problema. Não é isso, Deputado Ivan?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu concordo com o Deputado Berzoini. Apenas eu queria que isso não atrasasse demais a chegada de documentos nossos. Poderia ser uma coisa... Podemos...

Por exemplo, essa fotografia era importante no momento, mas depois podemos agregar, Berzoini. Concordo com a sua proposta. Acho que daria uma imagem melhor até do tempo do processo todo. Vamos ver então como é que... Vamos votar o requerimento e, posteriormente, nós faremos um outro requerimento para agregar a proposta do Deputado Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Deputado Ivan, só para sugerir, para não perder a oportunidade de votar já, conjuntamente, votar a situação atual e uma estatística dos últimos 10 ou 20 anos a respeito. Sem prejuízo. Acho que não há...

A transparência que já temos hoje na Secretaria do Tesouro Nacional é muito grande. Os relatórios que ela produz mensalmente sobre a dívida interna, que eu leio mensalmente, porque tenho interesse nesse assunto há muito tempo, já são bastante discriminados em relação à divisão por indexadores e tal. Esses dados eles levantam...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu tenho a impressão de que de 1987 para cá... A criação da Secretaria eu tenho a impressão de que é de 1987.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - De 1987. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pelo menos de lá para cá seguramente tem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Isso tem tudo no computador. É apertar um botão e emitir o relatório. Não tem atraso por conta de ser o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Está me explicando aqui o Deputado Márcio Reinaldo que, além do acervo desde 1987, ainda tem o anterior. Este volume aqui trata da dívida pública desde o Brasil Colônia. Ele faz uma retrospectiva forte.

Tudo bem, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sem prejuízo do tempo. Vamos trabalhar para fazer o mais rápido possível.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Concordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos fazer o seguinte, então: pediria aqui, Deputado Berzoini, delimitando desde a criação da Secretaria, para não ficar também...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - 1987.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - De 1987 para cá, são 22 anos. Isso.

Então, com a incorporação feita, acolhida pelo nobre autor da sugestão do Deputado Berzoini...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu só quero reforçar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Para não haver atraso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ... não haver atraso. Que eles mandem, então, a fotografia atual e, depois, se precisar de mais tempo, eles vão mandando um requerimento aí que a nossa Secretaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Quer fazer aqui a emenda no texto, de uma vez?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Podemos fazer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Acrescentando ao final “desde que não haja prejuízo do tempo, preferencialmente...”

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Deputado Berzoini poderia sugerir o adendo?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - O adendo é que conste as estatísticas sem prejuízo ao Tesouro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Desde que sem prejuízo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - ... porque se houver dificuldade em relação ao tempo, que mande imediatamente a fotografia atual.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está bom. Está incorporado. Nós fazemos uma redação aqui, agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não, então? Tranquilo?

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o requerimento, com o adendo aqui formulado permaneçam em seus lugares. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 9, de 2009, do Sr. Ivan Valente, que "requer ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central a disponibilização a esta Comissão, no prazo de 15 dias, das seguintes informações: saldos anuais da dívida interna desde janeiro de 1994 até dezembro de 2008, incluindo-se as “Operações de Mercado Aberto” do Banco Central, mencionando-se em cada ano os valores contratados/recebidos, as amortizações pagas; os juros devidos e os juros pagos, bem como a demonstração do saldo final anual; detalhamento de todos os fatores que implicaram em crescimento da dívida interna (assunção de outras dívidas, variação cambial, juros acumulados, etc.), quantificando o impacto de cada um desses desde janeiro de 1994 até dezembro de 2008”.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - E qual é o objetivo de fracionar o período de 1994 para cá? Porque se tem o requerimento maior... Evidentemente, o



Requerimento nº 9 está incluído no nº 11. Qual é o objetivo de fracionar um período, sendo que se vai ter toda a informação solicitada no nº 11.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu poderia explicar ao Deputado Hauly?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O nosso objetivo aqui é o seguinte: essa data nós fizemos porque é o período em que a dívida interna passa a ter uma relevância muito grande e há um crescimento acelerado. Por isso que nós detalhamos a partir dessa data. Então, acho que a relevância da dívida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Ivan, acolhendo uma formulação feita pelo nobre Relator, não seria melhor padronizar tudo? O Relator sempre deu esta sugestão: fixar no final de 2008... Não é isso, Deputado?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - De 2008?

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Na primeira reunião eu fiz essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - De 1987 a 2008. Tudo. Acho que seria fácil...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - De 1987 que V.Exa. está falando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, tudo bem para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Em 1987 é que foi criada a Secretaria do Tesouro. Eles têm tudo lá.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós colocamos essa data em função da explosão da dívida interna. Ela tem relevância a partir daí. Mas se for uma questão de procedimento, não há problema nenhum.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Essa questão de explosão de dívida ou não, quando se trata de dívida interna, está se tratando de um ângulo da dívida. A dívida é líquida do setor público: interna e externa. Não existe só dívida interna e não existe só dívida externa. Esse conceito equivocado começa a criar confusão. "*Não, é que explodiu a dívida interna*". Olha, se você diminui a dívida



externa, passa para dívida interna, é uma troca de dívida, de interna para externa, de externa para interna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Evitar subjetividade.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Então, eu estou achando redundância nos requerimentos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não é redundância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Para evitar subjetividades, como houve mudança de Governo em 1994, é preferível fixar 1987, que é uma data que tem uma razão mais do que clara, que é a criação da Secretaria do Tesouro.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Correto, correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - E nós temos o ano passado, o último ano civil que terminou. São 2 anos absolutamente indiscutíveis e correspondem exatamente ao pensamento inicial do nobre Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Não está havendo nada em discussão. *(Falha na gravação.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Também tem isso. Concorda?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não nós não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então, com a emenda formulada... Uma outra questão aqui, como pergunta também...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero é ter acesso aos dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Os fatores que implicaram crescimento da dívida... Deputado Ivan. Não sei como escrever isso, mas veja bem. Há um fator de subjetividade forte aqui, Deputado Berzoini. Aqui pergunta qual o fator de crescimento. Deputado Hauly. Quais foram os fatores de crescimento?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Depende do autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Depende do autor. Neste livro aqui, no texto, o Secretário do Tesouro faz questão de dizer que é opinião dos autores, não é opinião da Receita. Não é opinião da Secretaria do



Tesouro. Aliás, aqui está recheado de razões, de análises. Esses porquês estão todos respondidos aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Exatamente. Mas, neste momento, quem é o Governo é que vai responder. Está certo? Ele vai fazer análise.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas ele diz que a Secretaria não tem opinião, é a opinião de altos funcionários e técnicos da Secretaria.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Certamente, para isso aí já há estudos. Nós queremos saber quais são os estudos e as opiniões. Aí quem vai interpretar é a CPI, nós é que vamos fazer a interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Está certo. Tudo bem. Até porque tem esse lado aqui, que é uma pergunta extremamente subjetiva: detalhamento de todos os fatores que implicaram crescimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Claro, aí vai valer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - São as atas também.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vai valer a análise que eles vão fazer. Isso é elemento para a CPI deliberar, para subsidiar a CPI. O que eles trouxerem como fatores que eles acham relevantes pode ser constatados por nós, pela CPI e por outros autores também. Mas aqui é o ponto de vista que vem do Governo, concorda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Está bem.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Vai ser um belo trabalho acadêmico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Depois nós tiramos o sumo daqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a adaptação feita, sugerida pelo Deputado Hauly e acolhida pelo nobre Relator, padronizando os tempos.

Em votação.

O Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam em seus lugares. *(Pausa.)*



Aprovado.

Requerimento nº 10, de 2009, do Sr. Ivan Valente, que “requer ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central a disponibilização a esta Comissão, no prazo de 15 dias, das seguintes informações”.

Requerimento nº 10, de 2009. *“Nos termos do § 3º...”*. *“Saldos anuais da dívida externa federal desde 70 até 2008”*.

Podia padronizar tudo para 1987, não é?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não. Aí é a origem da dívida externa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - *“Mencionando-se em cada ano”...*

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Acho que tem de pôr a dívida do Ruy Barbosa aí também.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, a dívida externa.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - O encilhamento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, aqui é outra coisa. Aqui tem uma motivação muito clara. Aqui, se se analisar o problema da dívida externa brasileira e o crescimento durante o regime militar, e particularmente o fenômeno dos juros flutuantes, assinado por governantes brasileiros, juros que estavam a 5%, acordaram com os bancos e eles subiram para 21%, 22%. Com o Banco Central. Isso deu um salto de qualidade enorme. Nós não podemos partir de 1987, porque aqui houve, sim, um crescimento significativo da dívida externa brasileira. Aliás, os estudos, Hauly, os estudos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso — eu tenho certeza que V.Exa. vai ajudar a convidá-lo — vão mostrar exatamente esse salto.

Então, peço a aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O hipercitado livro aqui que traz as dívidas desde o Brasil Colônia, já disponibilizado, parece que o crescimento da dívida externa começou um pouco em 1965.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Está bem detalhado aqui, com todos os dados, porque todos estão nos arquivos da Secretaria do Tesouro. Não há dificuldade.

Vamos lá. *“Saldos anuais da dívida externa federal desde 1970 até 2008, mencionando-se em cada ano, de forma detalhada, por tipo de dívida, multilateral, bilateral e comercial, ou seja, com os bancos privados, os empréstimos recebidos, as amortizações pagas, os juros devidos e os juros pagos, demonstrando saldo final anual. Série histórica de todas as emissões de títulos da dívida mobiliária externa, vigentes e já liquidadas com as informações constantes em tabela atualmente disponibilizada pelo Tesouro Nacional na página aqui descrita”.*

Para discutir. Isso aqui é de 1970.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Esses títulos são mais recentes, a partir de 1994.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Aqui já é 1994?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É 1994, mobiliária federal externa.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Que é a partir de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não, tenho 1970 aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, a segunda. A segunda, ponto 2 do questionamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - A dívida mobiliária...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A dívida mobiliária externa com os bancos comerciais. Aqui é a partir de um outro período, a partir dos anos 90.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Desde que ela foi criada. Os títulos da dívida brasileira foram lançados nos mercados internacionais por volta da década de 80, com certeza. Não sei que ano.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - O Deputado Virgílio agora está afiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É, estou afiado. *(Risos.)* Vareí a madrugada mesmo... Virei expert.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pegou-me em flagrante aqui.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Por favor.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Uma das preocupações, Sr. Presidente, é que nós estamos votando um conjunto de requerimentos de informações, evidentemente a quase totalidade deles para o mesmo órgão, com o prazo de 15 dias para o conjunto das informações que nós estamos pedindo.

Evidentemente que eu tenho a impressão — depois nós podemos construir, o Relator pode nos ajudar, o próprio solicitante do requerimento deve também nos ajudar — de que nós vamos ter que ter alguma prioridade nesse conjunto de questões a serem levantadas.

A CPI evidentemente vai cumprir um papel, e o papel fundamental é definir alguns indicativos de política macroeconômica e que vão exigir de nós um estudo da experiência brasileira desse período. Eu estava citando aqui, com o Deputado Berzoini, que por conta desse debate um mineiro perdeu o pescoço, porque foi no período da Inconfidência. Mas eu acho vamos ter de ter foco, vai ter que ter prioridade.

Eu voto favoravelmente ao conjunto dos requerimentos, Deputado Ivan Valente, porque são todas informações necessárias, mas nós vamos ter que ter uma definição de prioridades. Eu não estava quando o Relator apresentou o seu trabalho, mas eu acredito que o próprio autor do requerimento vai poder nos ajudar, primeiro, a compreender que esse conjunto de informações não virá no prazo de 15 dias. Nós vamos ter que ter prioridades.

Segundo, nós vamos ter que focar um pouco. Por isso que eu faço algumas ponderações. Eu acho absolutamente justas as solicitações de informações, mas nós vamos nos organizar para ter acesso a essas informações. Lamentavelmente, eu não tenho leitura dinâmica. Minha cabeça é cabeça de mulher que tem que, além de fazer as coisas, ainda cuidar da casa, uma série de questões que são próprias nossas.

Mas à parte a brincadeira, acho que temos de dar prioridade. E a prioridade que nós temos, na minha compreensão, é pegar o período de 1987 para cá, porque é onde se avançou numa formulação de política institucional. E, claro, sem impedimento de nós termos acesso às demais informações, Deputado Ivan Valente.



Eu apenas faço... Voto com todos, mas eu queria ter um norte para que pudéssemos definir prioridades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, para um esclarecimento para a Deputado Jô Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria só colocar o seguinte: nós fizemos aqui um conjunto, Deputada Jô Moraes, de requerimento de informações no sentido de nós termos um painel, um perfil da dívida externa e interna, da dívida pública brasileira.

O aproveitamento que nós vamos fazer disso vai ser feito com o foco que a CPI vai dar, não só o Relator, porque pode se ter até voto em separado. O problema é o seguinte: nós precisamos desses dados e às vezes o prazo também não conta. No caso da dívida externa, é fundamental que se parta de um outro patamar. No caso da dívida interna, um outro. Por quê? Porque as dívidas se transformam, inclusive ganham maior importância nos períodos. A dívida externa teve uma explosão no tempo do regime militar. Nós chegamos à crise da dívida na década de 80. Por isso que eu pedi 1970 aqui.

No caso da dívida mobiliária interna federal, ela tem outro perfil. Então, pedimos... Podemos pedir de antes, mas aí o grau de importância.

Segunda questão, o Banco Central do Brasil tem milhares de funcionários, é superaparelhado, pode fornecer, sim, essas informações com rapidez. Isso está tudo sistematizado. Então, nós não temos de ter receio disso. Isto aqui é uma CPI.

A outra questão é que o Deputado Virgílio e o Relator convocaram pessoas para a CPI para analisar. Não são só os Deputados que vão analisar. São pessoas inclusive especialistas que vão ajudar a fazer um raio X, a ofertar sínteses para os Parlamentares, particularmente para a Relatoria.

Então, é nesse sentido que apresentamos. É que nós estamos já atrasando demais aqui. Na semana passada perdemos um tempo precioso. Espero que avancemos bastante. Mas eu não queria ter a preocupação com a documentação



que o Banco Central tem que nos mandar. O Banco Central é uma instituição extremamente aparelhada. Não temos que estar preocupados com isso, entende?

Agora, a nossa sistematização, eu estou pedindo o máximo de informações. Mas os Deputados... Numa CPI há uma caixa-forte lá. Vão ficar lá todas as informações. Os Deputados vão estar disponibilizados. Cada Deputado vai se interessar mais por uma ou outra questão, com seus requerimentos de informações. É nesse sentido que devíamos trabalhar, de aprovar, ter o máximo de informações, tirar o máximo de sumo possível. É o esclarecimento que eu queria fazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Perguntaria ao Relator se gostaria de opinar sobre essa questão, ele que, desde o início, sempre defende um ponto de vista.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, a minha opinião eu já externei desde a primeira reunião. Eu concordo com todos os que me antecederam, mas eu, se fosse o Deputado Ivan Valente, eu teria fixado um prazo inicial e um final. Porque vai haver muita confusão entre as informações que nós vamos receber, umas a partir de 1970, outras a partir de 1987, outras a partir de 1994, outras a partir de 1996. Eu estive assinalando as datas e elas realmente são bastante...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - É isso que estou falando. Bom, eu não me oponho que se aprove do jeito que ele sugeriu, mas acho que seria mais fácil de trabalhar se tivéssemos uma data definida. Esta é a minha opinião inicial e continua sendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado. Não haveria como chegar a um acordo, padronizar todas as datas, 1987, 2008? Depois, se for o caso, faríamos algum requerimento extra, Deputado Ivan Valente, e atenderíamos ao Relator, atenderíamos à Comissão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em relação aos requerimentos todos, eu não tenho nenhum problema, é que em relação à dívida externa nós perderíamos o foco principal do estudo da própria dívida, se nós fizéssemos em 1987. Está entendendo? Por isso que as datas não podem coincidir. Essa é que é a questão. No caso da dívida externa, nós perderíamos...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então vamos manter esse como 2000, desculpe, 1970, como quer V.Exa. neste caso. Nos demais padronizaríamos. Pode ser?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está bom, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então já vamos considerar que os demais serão todos 1987 e 2008.

Alguém mais gostaria de discutir este requerimento? Então esse especificamente seria, no caso da dívida externa, de 1970 a 2008. Nas demais datas, 1987, 2008.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Espera um pouquinho só, Deputado Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só para... Como não fizemos o apanhado global dos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos caso a caso dos requerimentos?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então vamos caso a caso e, depois, ao final tiramos a padronização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas já fica aqui uma sugestão que não é minha, é do Relator, mas percebe-se, com clareza, que todos aqui gostariam de ter esse assunto resolvido.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É que no caso do próximo requerimento, que V.Exa. vai ler...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Oportunamente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, mas tem novo problema de data e tem uma importância também. É só mais esse, depois os outros seriam de outro tipo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas vamos votar, então, o Requerimento de nº 10, com a modificação feita. Portanto, na segunda série histórica teria essa data também, de 1987, 2008.

Em votação.

Os Srs. Deputados...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Dívida externa de 1970 a 2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vírgilio Guimarães) - Isso. E a série histórica do último parágrafo, da dívida mobiliária externa, seria 1987, 2008. Não há data nenhuma aqui, mas seria acrescida. Certo?

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam em seus lugares. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao Requerimento nº 11, que “requer ao Ministério da Fazenda, ao Banco Central a disponibilização a esta Comissão, no prazo de 15 dias, dos seguintes documentos: a) todas as Cartas de Intenções firmadas pelo Governo brasileiro, dirigidas ao Fundo Monetário Internacional e a outros organismos multilaterais; b) todos os contratos de endividamento externo público brasileiro — a cargo do Governo Federal e de empresas estatais —, firmados a partir de 1970...”

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Compreendendo a dívida externa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vírgilio Guimarães) - ... “com bancos comerciais e demais credores internacionais; c) todos os contratos e/ou convênios e/ou acordos de refinanciamento da dívida externa brasileira subscritos a partir de 1980 (...)”

Esse podia ser 1987, não, Deputado Ivan?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O endividamento externo tem importância de 1970 até oitenta e poucos, 1985. Se botarmos 1987, nós perdemos o essencial dos contratos com a dívida externa. Por isso que na dívida externa é outro período que tem importância maior. É o mesmo raciocínio que nós adotamos no 11.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vírgilio Guimarães) - “(...) d) todos os contratos do Acordo com Bancos Comerciais firmados em 1994, dentro do Plano Brady; e) todos os contratos de emissão de títulos da dívida externa brasileira por intermédio de bancos privados internacionais a partir de 1995, vigentes e já liquidados”.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vírgilio Guimarães) - Com a palavra o nobre Relator.



O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Eu sei que o trabalho todo vai ser do Relator, porque tenho certeza de que os técnicos que vão nos mandar esses documentos não vão fazer essa distinção de datas. Eles vão mandar um calhamaço total, talvez a partir de 1920. Agora, Deputado Ivan Valente, na letra "a", V.Exa. não menciona, a partir de qual data, todas as cartas de intenções firmadas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Desde quando?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Presume-se que desde a criação do Fundo Monetário Internacional.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Desde de 1945, então.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. que é o entendimento de finanças públicas, não é Berzoini, sabe que o FMI é um organismo de 1944.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vírgilio Guimarães) - Deputado Ivan, sejamos razoáveis, dívida externa, vamos fixar de 1970 para cá, tudo, padroniza, dívida externa de 1970 para cá, e as outras em 1987.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É isso. Exatamente. Mas aqui, no caso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vírgilio Guimarães) - Setenta, vamos fazer..

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Setenta, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vírgilio Guimarães) - V.Exa. insistiu que tudo da dívida externa era 1970, então vamos padronizar tudo em 1970.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Concordo, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vírgilio Guimarães) - Aí fica, entendeu? Tudo que se referir aqui a dívida externa fica em 1970. Fica bem assim?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está bom. O formato de carta de intenção eu acho que só tem a partir da década de 80, entendeu? O Banco Central...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vírgilio Guimarães) - Outros convênios foram firmados. Tem um famoso, que foi rompido por JK, inclusive; teve um firmado pelo Governo Vargas, Dutra. Eu estou afiadíssimo, viu, nobre Relator? Acabei de ler o livro. Vamos lá. Feito o acordo de datas, tem o problema levantado pelo nobre



Deputado Berzoini a respeito de... Está meio vago aqui “*aqueles outros mecanismos*”.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Não, não, se for fixado a de 1970 está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vírgilio Guimarães) - Resolvido? Então vamos lá, na letra “a”, a partir de 1970, a “b” de 1970 também, “c”...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Isso também é dívida externa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vírgilio Guimarães) - Esse Requerimento nº 11 é tudo de 1970 para cá, até porque os outros não têm mesmo. O Plano Brady foi depois. Então, com esse acerto de datas, mais alguém quer discutir. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam em seus lugares. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 5 da pauta. Requerimento nº 12, de 2009, do Sr. Ivan Valente, que “requer ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central a disponibilização a esta Comissão, no prazo de 15 dias, das seguintes informações: a) variáveis consideradas para definição da Taxa Básica de Juros (atualmente denominada SELIC), desde o mês de janeiro de 1994; b) Nome e *curriculum vitae* de todos os atuais componentes do Comitê de Política Monetária (COPOM); de todos os que já integraram o devido Comitê desde a sua criação em 20/06/1996, e de todos que tiveram participação na definição da Taxa Básica de Juros (atualmente denominada SELIC), desde o mês de janeiro de 1994”.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O plural de *curriculum vitae* é *curricula vitarum*. Está ruim? *Curricula vitarum*. Todos os *curricula vitarum*. *Curricula vitarum*.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deixa eu ver o seu latim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - *Curricula vitarum* é o plural de *curriculum vitae*.

Vamos lá, voltando para o sério.

Em discussão.

Deputado Hauly.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Mais uma vez não estou entendendo onde o ilustre e eminente Parlamentar deseja cravar a data janeiro de 1994. E para trás? Então, esse requerimento me soa assim... Ele já tem uma série de informações. Aí ele quer cravar a data, janeiro de 1994, com o currículo, com a informação... Está muito...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas há algum problema?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não. O problema é por que 1994? Por que não 1987, 1965, 1950, a data... Metade do século.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Você quer colocar 1987? Eu topo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos padronizar tudo, Deputado. Mil novecentos e oitenta e sete para cá.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - É o ovo e a galinha. Quem começou essa história foi lá de trás. Ou pega da República ou pega do Império.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Ivan, é no sentido da aprovação dos requerimentos de V.Exa. Vamos colaborar. Padroniza.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu entendo que essa informação...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Inclusive, Haully, com isso aqui...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - ... essa informação, Presidente, tem que pegar no Senado, porque todos os membros do COPOM, todos foram submetidos ao Senado antes de serem nomeados, todos. Esses cargos são de previsão constitucional, legal, das agências, dos conselhos, etc. Aliás, no pré-sal, agora, nós estamos sugerindo também que passe pelo Senado a nomeação. Então, os currículos, etc., todas essas questões já foram levantadas no tempo devido, passado. Pode ser requerido... Mas que pegue numa extensão de tempo. Parece que aqui o nosso eminente Parlamentar montou um jogo de quebra-cabeça, de botão e quer que tudo conduza para aquele campo de jogo. Então, não dá para jogar essa partida de botão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O currículo, o nome de pessoas, o currículo... Será que precisa retroagir tanto tempo assim?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não precisa. É isso que estou falando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não gostaria de pegar só do século XXI, por aí?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, no caso do COPOM é mais moderno. O COPOM, que delibera sobre a taxa de juros, é uma criação recente, Presidente. Isso tem importância política. Aliás, tem tanta importância política que geralmente quem faz parte do COPOM, depois de algum tempo, pula para o outro lado do balcão. Ele ganha 8 mil lá no COPOM, depois ganha 800 mil do outro lado do balcão.

Então, isso aqui tem importância política. Não vejo nenhum problema de nós sabermos. Sabe por quê? Isso aqui está na Internet...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ... está no Banco Central e foi aprovado pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - E V.Exa. mantém qual data aqui? Oitenta e sete, 2000?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Oitenta e sete é outra coisa. A data do COPOM... A criação é 1996. Está escrito aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, o COPOM e os seus antecessores, o Conselho Monetário e o que antecedeu o Conselho Monetário.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está escrito, está escrito.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - É evidente que o nobre Parlamentar deseja... Anterior ao COPOM era o Conselho Monetário e, evidentemente...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - A Diretoria de Política Monetária do Banco Central que encabeçava essa definição.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - É.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu estou colocando uma coisa para racionalizarmos o debate. Se o Deputado Hauly quer inclusive padronizar para 1987... Inclusive, quero dizer mais: era o Governo Sarney aí que estão combatendo tanto. Então, melhore aqui o trânsito inclusive da aprovação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então, vamos fazer isso. Então, vamos fazer os ajustes, Deputado Ivan?



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Oitenta e sete. Está bom, Hauly?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Oitenta e sete e os órgãos que antecederam. A Taxa SELIC também não existia, mas existia alguma taxa lá na época.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Presidente, se a Oposição quiser um recesso para se reunir e acertar as datas, pode... Nós, da bancada do Governo, podemos aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pode aguardar.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Qual Oposição? O aliado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Ivan...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - ... ou a Oposição? A Oposição não tem problema de data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Berzoini, parece-me...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Até porque os nossos membros... Pode até alguns ter ido para o setor privado, o que não implicou de outros que vieram do setor privado, que estão atualmente trabalhando no Governo. E que realmente vêm com uma aposentadoria do tamanho...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - É. Com aquela miserinha que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Como é? Esse aqui teria alguns ajustezinhos no texto. Vale a pena alguém mexer aqui, antes de votar? Porque tem que ser o COPOM ou seus antecessores, a SELIC ou a taxa que existir à época.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Nós podemos fazer.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - A redação é só alterar as datas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - As datas. Perfeito. Há mais alguém que queira se pronunciar? *(Pausa.)*

O Relator com a palavra.



O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Só para ficar mais claro. O Deputado Ivan Valente concordou. Eu pergunto: toda a dívida interna a partir de 87 e toda externa a partir de 70? Foi isso?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Exato.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Então, todos os requerimentos têm que ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Padronizados nesse sentido.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Em todos os requerimentos tem que ser feita essa alteração. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Melhor.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com esse acordo firmado aqui em plenário e não havendo mais ninguém que queira fazer uso da palavra para discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam em seus lugares. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6.

Requerimento nº 13, de 2009, também do nobre Deputado Ivan Valente, que “requer que o Ministério da Fazenda disponibilize a esta Comissão, em um prazo de 15 dias, o inteiro teor, traduzido para o português, do conteúdo das “Cláusulas de Ação Coletiva”, que passaram a incidir sobre os títulos da dívida externa brasileira, em todas as emissões efetuadas a partir de abril/2003”. *(Pausa.)*

Para discutir.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Só existe a partir de 2003?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não, não. É...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Dois mil e três é Governo Lula, Deputado Haully, fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Aí fica 87 também. Tudo...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não, aí não. Sabe por quê? Ela só existe a partir de 2003.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Do conteúdo ou da taxa de juros? Você quer também? Da dívida externa brasileira?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não. Cláusula de ação coletiva? Cláusula de ação coletiva é que regula a negociação da dívida em caso de não pagamento. Só isso.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Por que 2003?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pode ser num dia antes. Coloque 87.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Elas passam a existir, Deputada, a partir de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Então, ele não vai mandar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Se V.Exas. quiserem colocar no requerimento, tudo bem. Mas a assessoria técnica está dizendo que ela só existe a partir de 2003. É por isso que ela está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputada Jô Moraes com a palavra.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - É que eu tenho a impressão de que se usássemos critérios mais objetivos...

O que antecedeu a essas cláusulas? O período antes de 2003? Não houve nenhum tipo de emissão institucional que respondesse a essa questão antes de 2003? Ou então, uma política específica do Governo do Presidente Lula?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A cláusula de ação coletiva?

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Ou o equivalente.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Ou o equivalente. É isso que usamos: a cláusula ou o equivalente.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Ele quer saber da remuneração dos 220 bilhões de dólares aplicados lá fora. É isso que ele vai querer saber. E quanto que recebe de juros e quanto que paga internamente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Viu, Presidente? Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra Deputado Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Só para dizer que esse tipo de cláusula não tem nenhum tipo de problema de ser relacionado. É algo perfeitamente praticável no mercado internacional. Então, não vejo, não há nenhum óbice para aprovar esse relatório da maneira como ele está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Se não há mais ninguém que queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovem permaneçam em seus lugares. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 7.

Requerimento nº 14, de 2009, do nobre Deputado Ivan Valente, que “requer ao Senado Federal e ao Congresso Nacional a disponibilização a esta Comissão, em um prazo de 15 dias, de todos os documentos existentes em seus arquivos relativos às seguintes Comissões: Comissão Especial do Senado para a Dívida Externa - 1987 (Relator: Fernando Henrique Cardoso), instalada para investigar as causas da Moratória da Dívida Externa; Comissão Mista para o exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro (criada em 1989 para cumprir o art. 26 das Disposições Transitórias da Constituição, mas cujo relatório não foi sequer votado pelo Parlamento). Relatores: Senador Severo Gomes e Deputado Luiz Salomão”.

Esses 2 documentos, eu creio que já foram distribuídos para a Comissão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pelo menos houve um requerimento, uma determinação desta Presidência na primeira reunião, para que esses 2 documentos fossem incorporados ao acervo. Não foi feito ainda? Houve uma determinação da Presidência para que isso fosse feito.

Seria até desnecessário o requerimento, mas...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Eu faria a seguinte ponderação. O Requerimento 14 pede exatamente o relatório da Comissão Especial, cujo Relator



foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso. E embaixo há outro requerimento de convite ao Relator da Comissão Especial.

Quer dizer, não faz sentido se se tem um relatório. Para que trazer um ex-Presidente aqui para falar sobre um relatório que ele já fez e já está disponível? Eu, por exemplo, não acho que seja conveniente fazer esse tipo de convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Bom, já que não houve decisão, vamos discutir cada coisa em seu momento. Eu imaginava que tivesse feito isso aqui, lembro-me bem que o fiz. Mas, se não foi, não vejo nenhum obstáculo de aprovar o requerimento para formalizar o pedido.

Em discussão o Requerimento nº 14. *(Pausa.)*

Se não há quem queira se pronunciar sobre ele, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovem permaneçam em seus lugares. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Presidente, só uma preocupação geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Com essa quantidade de documentos que tem no cofre da CPI, se fosse possível disponibilizar digitalmente para os membros, ao invés de disponibilizar em papel. Quem quiser pode pedir em papel ou imprimir no seu próprio gabinete. Mas o ideal é que nós, até em benefício do meio ambiente, possamos disponibilizar o arquivo digitalizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O nobre Relator já havia alertado para esse risco de chegar aqui uma carreta carregada de documentos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - V.Exa. gostaria de incluir nos requerimentos essa observação?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Alternativamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Se houver acordo, consta na ata para não ficar reproduzindo, a não ser a pedido.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Alternativamente: se tiver um, não ter o outro?



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Eu não quero receber em papel, quero receber em arquivo magnético, ou por *e-mail* ou por CD.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Vai ter que trazer um caminhão, então, de papel aqui se for tudo em papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mais uma vez, com a experiência que tem, o nobre Relator já havia nos alertado para esse risco. Desde a primeira reunião, se não me engano.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Isso vira um horror para manusear.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu acho que a disponibilidade na CPI — permita-me uma sugestão ao Presidente e ao Relator — tem que ser das duas formas. Vindo a documentação, se o Deputado não precisa de cópia, não vai tirar cópia. Aí pega o CD, estuda com sua assessoria, etc. e tal. Está disponível.

Agora, lá na CPI, no cofre da CPI, tem que ter o documento por escrito e o CD, meio eletrônico e o...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Perfeito. Esclarecida a questão, com a palavra o Deputado Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Desde já a Mesa da Casa, para disponibilizar no *Portal da Câmara* o espaço para o apostilamento, para o arquivamento dessas informações eletrônicas da CPI. Abre uma janela — *CPI do Endividamento* — e, sendo processado, para que, em determinado momento o cidadão possa acessar. De uma forma uniforme, nós vamos ter que processar todas essas informações. E desde o começo do século passado. E trazer isso dentro de um... Ver os arquivos que são importantes e fazer um grande banco de dados dessa matéria. É uma grande contribuição de uniformizar, sistematizar, ver o indexador.

Um dos grandes problemas que nós vamos ter nessa discussão toda é a questão do indexador. Sem dúvida alguma, nós vamos ter que definir qual indexador que vamos utilizar: ou se for tudo por valores correntes, nominais, sem nenhum tipo de reajuste; a que PIB temos: o PIB anterior à atomização do PIB que o atual Governo promoveu, de 11% de silicone no PIB atual. Porque se acaba criando uma distorção. O número é esse mesmo, 11%. Esse PIB atual foi inflado em 11%



sobre o PIB anterior. Foi uma mudança, não sei se correta ou não, mas foi promovida pelo IBGE. Adotou-se novo critério. Acaba-se desfocando a avaliação comparativa pela diferença do cálculo do PIB. Então, essa matéria vai ter que ser toda recalculada, inclusive a diferença do PIB. Quando se comparar o PIB anterior, ter-se-á que inflar o PIB anterior para poder ver o percentual relativo, para que não haja distorção. Vai-se sentir essa verificação. Porque o dólar tem uma oscilação terrível, mudança de moedas. Então, já estou antevendo todas essas questões exatamente para que possamos processar esses dados todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não. Obrigado.

Deputado Ivan Valente, não seria mais razoável, portanto, o pedido por meio eletrônico?

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, quero usar a palavra para dar um palpite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Eu tenho a impressão de que o que o Deputado Hauly está dizendo não terá muita importância porque os órgãos públicos, o IBGE e possivelmente o Banco Central, terão reajustados o PIB, a série histórica do PIB. E é isso que vai prevalecer para nossa análise. Não é aquilo que se pensava que era o PIB no momento defendido. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Aprovando o requerimento, permanece a questão do meio físico ou meio eletrônico.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não. Qual requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Todos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - A Comissão certamente receberá boa parte em meio físico. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Está bem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Claro, vai receber de qualquer jeito. A CPI tem que ter um documento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Agora, eu estou propondo à Comissão que não reproduza automaticamente para os Deputados e que, se for o



caso, se alguém quiser em meio físico, consulte. Eu prefiro receber em meio magnético.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O Deputado Haully insiste no meio eletrônico. Seria mais um adendo. Não vejo qual seria o prejuízo. Mas se há dúvida...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - O que ele quiser, dá em papel para ele. Eu não quero em papel.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero papel. E eu sou ecologista há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Está bom.

Em votação.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Dependendo da CPI, as ações das empresas de papel vão subir na Bolsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Estamos objetivamente votando o Requerimento nº 14. É o nosso tema.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam em seus lugares. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, temos requerimentos de convite.

Requerimento nº 1, de 2009, do nobre Deputado Paulo Rubem Santiago, que “requer o convite ao Sr. Márcio Pochmann (...)”.

Deputado Pedro Fernandes, assumo a Relatoria.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas o Deputado Pedro Novais é que o havia convidado, na reunião passada, o que é um prazer.

Requerimento nº 1, de 2009, do nobre Deputado Paulo Rubem Santiago, que “requer o convite ao Sr. Márcio Pochmann, para expor na CPI da Dívida Pública o impacto das políticas macroeconômicas na dívida pública brasileira”.

Em discussão.

Com a palavra o Deputado Haully.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Já que nós vamos ouvi-lo, ele não é como o Presidente do IPEA. Então, eu sugiro, como vai trazer uma tese, que



ouçamos outra pessoa, o Edmar Lisboa Bacha. Ficaria na audiência um contraditório.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não. O Edmar Bacha. Nós estamos sugerindo. Estou sugerindo a V.Exa. e ao Plenário, com a concordância do autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, sem problema algum. O autor do requerimento concorda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Alertou-me a assessoria que não é regimental, absolutamente perfeito, mas já é da praxe parlamentar esse tipo de informalidade.

Então, requer o convite ao Sr. Márcio Pochmann e ao Prof. Edmar Bacha para expor o impacto das políticas macroeconômicas na dívida pública brasileira.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovarem com a modificação apresentada permaneçam em seus lugares. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 5, do Sr. Ivan Valente, que “requer...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, queria propor um procedimento a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Uma oposição aqui. Evidentemente se trata de uma personalidade de um ex-Presidente da República. E gostaria, com o apoio, com a anuência dos Parlamentares que compõem esta Comissão e dão sustentação ao Governo, de não apreciarmos esta matéria no dia de hoje, para que possamos refletir sobre a questão, porque, sem dúvida alguma, nós queremos avaliar melhor essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Hauly, uma recomendação nesse mesmo sentido já havia sido apresentada pelo Deputado Luiz Carreira, que queria um tempo para estudar primeiro o relatório para depois votar o requerimento. Havia outros Deputados...



O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - A minha ponderação foi um pouco diferente. Foi que, como estamos pedindo o relatório do período, tudo que está dito está no relatório. Se vai analisar o relatório, para que trazer aqui o Presidente Fernando Henrique Cardoso para ele falar do relatório dele? O relatório já está disponibilizado. Se não houvesse o relatório aqui, tudo bem. Vem aqui e faz o relato. Agora, é uma personalidade e podia ser consultado se tem interesse em vir aqui. De repente, ele pode até demonstrar. Por isso que o Haully está fazendo essa ponderação. Se ele tiver interesse em vir ao Congresso rever os amigos, rever os Parlamentares, tudo bem. Mas não faria muito sentido, já que temos o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mesmo que o Deputado Luiz Salomão... Poderia ser pensado também mais para a frente.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - A retirada de pauta desta sessão eu acho que seria mais adequado. Em vez de deliberar que não venha apreciar, retira-se de pauta, e nós retomamos a apreciação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, nós inclusive estamos aprovando uma série de requerimentos e uma série de convites ou convocações, porque é CPI, tem poder de convocação. Lembro isso. Aqui, no caso, nós fizemos um convite ao ex-Senador Fernando Henrique Cardoso, não ao ex-Presidente, porque ele é autor do relatório sobre o problema da dívida externa. Eu já li um trecho e achei muito bom, inclusive. Então, é uma exposição que daria uma contribuição grande. Agora, nós podemos fazer o seguinte: a votação dos requerimentos... A CPI tem autonomia para fazer a ordem deles, não é? A ordem de debates, que vai ser a prioridade dos debates e tal. Nós podemos ter um tempo. Nós requeremos o texto aqui, já foi aprovado o requerimento, podemos fazer o convite mais tarde, a não ser que haja objeção ao convite. Eu não quero fazer objeção ao convite, quero até respeitar o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, seu trabalho, que é importante, trazer até para valorizar a CPI. Nós vamos tratar da dívida pública brasileira, da dívida externa e da dívida interna. Há um debate que depende das nossas opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Ivan, há uma sugestão no sentido de retirada de pauta...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o fato de aprovarmos agora não quer dizer que nós vamos ouvi-lo agora. Podemos ouvir depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Há uma porção de argumentações diferentes, mas que de alguma maneira caminham no mesmo sentido. Eu, inclusive, colocarei porque conheço o trabalho do Deputado Luiz Salomão... Colocaria também no seu momento adequado. Então, há uma sugestão — para não ter necessidade de votação, aprovamos aqui um acervo enorme de requerimentos — de retirada de pauta. Depois apresentaríamos, quem sabe, a inclusão do Deputado Luiz Salomão, que acho talvez tenha importância até maior porque o trabalho não foi votado. De acordo?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tranquilo. De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então, retirado de pauta. Voltará oportunamente.

Passemos ao item 10.

Requerimento nº 6, de 2009, do Sr. Ivan Valente, que “requer a esta Comissão a realização de audiência pública sobre a política de juros, com os seguintes convidados: Armínio Fraga, Reinaldo Gonçalves”.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, queria somente fazer uma sugestão. Nós já aprovamos o requerimento para o convite do Márcio Pochmann...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - E Edmar Bacha.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - ...e Edmar Bacha, que é sobre o impacto das políticas macroeconômicas na dívida pública brasileira. Em relação a esse requerimento, como está-se propondo um debate, na verdade,...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sobre a política de juros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - ...audiência pública sobre a política de juros, eu acho que é muito restrito o Armínio e o Reinaldo apenas como palestrantes. Eu acho que seria bom, se pudermos ter um tempo para examinar com mais calma, convidar uma ou mais duas pessoas para dar um panorama mais, digamos, variado, mais plural sobre a questão da política de juros. Acho que há pontos de vista diferenciados em relação à posição do Arminio e à posição do



Reinaldo Gonçalves. Então, sugiro isso. Se não for possível, eu posso agora, aqui, tentar lembrar algumas pessoas que poderiam também contribuir com esse debate no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Presidente, eu acho que, com a sugestão do Deputado Ricardo Berzoini, o que dá para fazer, se tiver acordo nesta Comissão, é aprovar o requerimento e com sugestão a ser encaminhada posteriormente à Presidência pelo Deputado Ricardo, para complemento da convocação. E a Presidência, depois, convoca e adenda as outras pessoas sem prejuízo. Isso se tem feito em outras Comissões e em outras CPIs também, muitas vezes. Quando o tema não é extremamente polêmico, eu acho que é adendar de fato uma sugestão que poderia ter uma sugestão boa, inclusive, para fazer o contraditório, que sempre é bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos aguardar.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Estou representado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - É bom deixar esse requerimento para outro dia também, sugiro a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Ivan, sugestão, já que não há de pronto aqui um...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Nós não criamos nenhum óbice para S.Exa. até agora. S.Exa. aprovou tudo. Está dando carta e jogando de mão na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Será aprovado, como também...

Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria entender os argumentos aí do Deputado Hauly sobre por que retirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É para compor mais o painel; ficar mais completo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu explico. Primeiro, há uma redundância ali. V.Exa. já está discutindo o impacto das políticas macroeconômicas



da dívida pública e, com outro nome, apresenta outro requerimento para discutir a política de juros, que é *tout la même chose*, usando aí o idioma em voga nesta semana por ocasião das comemorações do Dia da Pátria. Então, política de juros e expor o impacto da política macroeconômica na dívida está... Se V.Exa. quer fazer mais audiências públicas a respeito dessa matéria com outros interlocutores, nós teremos que estender a lista. Então, eu sugiro: deixa esse requerimento para darmos uma analisada boa e... Já tem aprovado todo... Só o que tem de requerimento aqui do Deputado Ivan Valente já dá um bom trabalho.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu ainda não comecei a chamar os petistas. Fica calmo aí, Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Estou entendendo V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Presidente, posso dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Por favor, Deputado Luiz Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Eu ia sugerir, no início, a fusão dos 2 requerimentos: o 8 e o 10, porque, na verdade, ela está dentro desse conjunto. É só um item. Eu acho que não vai haver duas audiências para tratar praticamente da mesma coisa. Talvez seja uma só e aí desdobraria entre os... Fazer uma fusão dos 2 requerimentos. Não sei como o Relator vê essa questão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, eu proporia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Eu proporia, se for o caso de fundir as duas audiências, incluir o Belluzzo também como um dos palestrantes — Luiz Gonzaga Belluzzo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Discutimos isso depois, Deputado Berzoini. Fazemos uma discussão se houver necessidade. Acho que já há aqui elementos...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Eu concordo com a sua ponderação de examinar em outro momento e manter separado. Mas se for para fundir, eu sugiro colocar o nome do Belluzzo como um dos debatedores.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, quero colocar duas questões. Permitam-me os Deputados Hauly e Berzoini, eu acho que são duas



questões diferentes. Nós não podemos reduzir as duas coisas a uma mesma questão. Política macroeconômica, nós vamos ter um painel do conjunto da política econômica. Agora, não é a mesma coisa a política de juros, até porque a política de juros é a que tem o maior impacto sobre a dívida. Negar isso é negar o óbvio. Nós temos a maior taxa de juros do mundo, nós temos um impacto enorme disso no crescimento da dívida. Então, qual é a política de juros que adotamos? Qual é a política monetária? Vamos ouvir quem esteve lá, no caso o Arminio Fraga, mas nós também podemos chamar o Palocci, depois.

Mas, Hauly, diga-me uma coisa: se V.Exa. não quer saber qual foi a política de juros, não vai conseguir detectar qual é o grande problema da dívida brasileira; é um problema político esse.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Claro. Mas aqui V.Exa. vai ter alguém que teve lá no centro...

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Presidente, para agilizarmos...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...e outro economista que tenha outro ponto de vista.

Eu queria dialogar com o Berzoini. Por que é importante fazer às vezes em duas audiências, Relator? Porque se diluir demais, 4, 6 pessoas numa mesa, não há uma polarização política que possa perceber visões diferentes.

Por isso que estamos fazendo... Eu concordo com o requerimento do Deputado Paulo Rubem — são 2. Podíamos acrescentar 4, podíamos fazer mais sugestões. Mas não resolve o problema. Nós temos que extrair dos nossos convidados ou convocados o máximo possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra a Deputada Jô Moraes. Na sequência, o Deputado Hauly.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, sugiro a retirada de pauta deste requerimento. Segundo, para que nós possamos fazer uma construção, evidentemente nós não podemos reduzir a política macroeconômica a juros, mas também não podemos fazer a toque de caixa uma discussão que necessita de um aprofundamento. Se o retirarmos de pauta hoje, nós o apreciaremos numa próxima sessão.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Também temos aqui um arsenal grande: Delfim Netto, João Sayad. A discussão vai... Eu acho que S.Exa. está conduzindo bastante, eu acho que está bom para o Deputado Ivan Valente. Eu acho que S.Exa. já aprovou coisas importantes aqui. Então, está bastante entusiasmado. Tira o juro da política macroeconômica, o que sobra? Tira o juro, para ver o que sobra de política macroeconômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado Hauly.

Vamos ouvir o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Já que estamos numa CPI e que eu sou o Relator, eu queria lembrar à Comissão o seguinte: as pessoas convidadas não estarão assumindo a responsabilidade prescrita na Constituição nem aquelas definidas na lei dos crimes de responsabilidade, ao contrário daqueles convocados. Então, um convidado pode vir aqui e dizer as maiores asneiras, já o convocado não. Queria só fazer esta lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Relator.

Continua em discussão. Há uma sugestão de retirada deste requerimento, para que ele seja complementado na próxima reunião. Isso não sendo admitido, há uma sugestão de pronto, a de haver uma complementação com mais 1 debatedor.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Está acordado tirar esse item de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não. Eu fiz a consulta apenas, Deputado Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Está acordado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Veja, não está acordado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não está?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pelo seguinte, Hauly: nós não estamos marcando datas aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não está acordado. Então, se não está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Se não há acordo, não há acordo.



Vamos lá. Há acordo sobre a inclusão do terceiro nome?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas em que ponto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Neste requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Neste momento, não havendo acordo, nós não aceitamos nenhum entendimento. Nós vamos para obstrução e vamos para a discussão. Não havendo acordo e entendimento...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - E aí também nós temos outros nomes a sugerir.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - ...nós vamos mudar então o sentido da reunião, porque, lamentavelmente, falta sensibilidade e entendimento democrático, que foi até agora possibilitado chegar a sessão a esta altura, quase no final da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Há vários inscritos. Como são 3, este foi o último. Há os Deputados Berzoini, Paulo Rubem e Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, eu queria, na linha do Deputado Hauly, sugerir o seguinte: nós aprovamos hoje vários requerimentos de informação, temos aprovado já um requerimento para audiência pública que vai dar um bom painel para esta Comissão, na visão de 2 eminentes economistas: Pochmann e Bacha. E nós concordamos...

O Deputado Ivan Valente concordou em adiar a discussão sobre o Requerimento nº 5, item 9. Eu proporia que nós não examinássemos mais nenhum requerimento hoje. E que a partir do que já foi aprovado trabalhássemos em cima disso, realizássemos audiência com o Pochmann e com o Bacha e, posteriormente, avaliássemos outras questões.

Se houver insistência, sugiro que a bancada do PT também não dê continuidade à votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Há uma ordem de inscrições, Deputado Ivan.

Deputado Paulo Rubem e Deputado Luiz Carreira.



Por favor, Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, eu entendo a ponderação do Deputado Berzoini, mas nós já havíamos decidido, na reunião anterior, que a aprovação de requerimentos não estaria submetida necessariamente à inserção desses requerimentos num determinado cronograma.

Alguns requerimentos que estão aqui já vieram da sessão anterior. Se nós formos agora, a cada reunião, decidir que os requerimentos que estão em pauta, alguns até pela segunda vez, não entram na pauta para ficar para a sessão posterior, nós vamos chegar ao meio ou próximo do fim desta CPI com mais requerimentos para serem votados do que papel nos arquivos da CPI.

Eu sou autor de um requerimento, que inclusive vou reformular para que ele se ajuste ao objeto das proposições, que nós havíamos negociado aqui na reunião anterior, que é o Requerimento nº 16. O ajuste seria retirar o final das duas últimas linhas, porque já impactaria numa outra audiência pública. Mas é o requerimento para que nós ouçamos autoridades. Até agora nós estamos convidando especialistas, seguindo a lógica do eminente Relator, Deputado Pedro Novais.

Então, eu ponderaria que o que está em pauta, com os devidos ajustes, nós aprovássemos ou retirássemos de pauta, mas não condicionássemos agora, não votássemos mais nenhum requerimento, porque, daqui a pouco, quem tiver maioria na CPI vai dizer o que a CPI vota ou a CPI não vota. Então, não é Comissão Parlamentar de Inquérito, independente dos objetivos que nós já estamos aqui aprovando.

Nós já aprovamos o levantamento de informações transgovernamentais de 70, de 87, de 90, porque sabemos que a formação da dívida, a flutuação da sua composição, o incremento dos seus estoques têm relações com épocas, mas têm relações também com fatores externos ao nosso próprio País.

Então, eu ponderaria que seguíssemos essa lógica: se não houver entendimento, retira-se de pauta, mas que não suspendêssemos em definitivo a votação dos demais requerimentos, já que esse foi o entendimento que tivemos na sessão passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado Paulo Rubem.



Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Bom, eu tinha sugerido a fusão dos 2, mas parece que chegou-se à conclusão de que deve se fazer tudo separado, um específico sobre a política de juros e outro sobre o impacto da política macroeconômica na dívida pública brasileira.

Eu, por exemplo, tinha nomes a sugerir, a acrescentar a qualquer um dos 2. Por exemplo, o João Sayad fez um bom artigo no relatório da dívida que foi publicado pelo Conselho de Altos Estudos. Há outros que fizeram também na Câmara, etc. Várias pessoas escreveram sobre isso. Então, existem teses diferentes em cada um deles. Por isso que se pediu um pouco de tempo, para se dar uma arrumada nesse requerimento e poder-se fazer duas audiências bem equilibradas.

Mas se não há entendimento, vamos para o voto. Vamos colocar em votação, e aprova ou não aprova o requerimento.

O SR. DEPUTADO EDSON APARECIDO - Sr. Presidente, o PSDB concorda que a sugestão feita pelo Deputado Ricardo Berzoini vai num bom caminho, no sentido de nós já termos uma série de requerimentos aprovados de audiências públicas definidas.

Nós podemos, na próxima reunião, seguramente, definir as demais convocações, os demais requerimentos. Acho que o encaminhamento feito pelo Deputado Berzoini está correto, e o PSDB o apoia neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado.

Deputado Ivan Valente, último inscrito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação aos Deputados Edson Aparecido, Haully e também ao Berzoini. Vejam: nós aprovamos 1 requerimento só aqui de audiência, convocação.

Suponhamos que nós convidemos as pessoas e elas não tenham agenda. A CPI para. Nós temos 3 meses, Edson Aparecido, para fazer a CPI. Então, o seguinte: nós estamos votando os requerimentos, não quer dizer que ele vai ser feito na semana seguinte. Nós temos que aprovar 3, 4 requerimentos, e depois a Presidência e a Relatoria vão encaixando os requerimentos. É nesse sentido que eu quero apelar.



Se houver divergência quanto à convocação, é outra coisa. Mas se a gente paralisar as votações aqui, agora, eu peço ao Berzoini que reconsidere essa proposta.

Nós temos o requerimento do Carreira. Eu sou favorável. S.Exa. pede audiência com o Secretário do Tesouro. Eu sou favorável à convocação do Presidente do Banco Central — convocação! — cujo requerimento é do Paulo Rubem Santiago.

O Ministro e o Presidente do Banco Central não vão vir aqui de uma semana para outra. Nós temos de estabelecer um tempo para eles. E é uma convocação.

Se houver uma divergência é uma questão, aí nos conversamos, dialogamos. Agora, nós precisamos aprovar uns 4, 5 requerimentos para que a Mesa tenha flexibilidade para chegar aqui e falar: “Olha, eu consegui já marcar essa convocação, aquela audiência”. Inclusive eu queria reforçar a posição do Relator em relação às convocações. Eu acho que S.Exa. tem razão. A convocação é uma prerrogativa da CPI, e a CPI tem um caráter diferente da audiência. Nós podemos chamar especialistas que posso falar, pode ser audiência pública também, mas a CPI não pode se negar a votar convocação, senão não há CPI.

Então, peço aos Deputados Hauly, José Aparecido e Berzoini que reconsiderem, que votemos 3, 4 requerimentos, que a Mesa opera, se não houver divergência. Não há divergência aqui em trazer — parece-me que o Requerimento 11, Sr. Presidente — a pessoa que trata da dívida pública na OAB ou, então, o Secretário do Tesouro Arno Augustin, a propósito do Carreira. E até a convocação.

Nós vamos fazer uma CPI e não vamos convocar o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda atual? Então, peço-lhes que aproveemos esses requerimentos e depois a Mesa faça o ordenamento, porque nós temos um tempo, nós não podemos parar a semana que vem porque os convidados não têm pauta. Peço ao Berzoini que reconsidere essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não há mais oradores inscritos...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Pedro Fernandes.



O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu quero fazer uma ponderação. Acho que democracia não é consenso; democracia é maioria. Se alguém não quer que seja convocado apresente um requerimento de retirada de pauta e coloque em votação. Se nós formos só com negócio de consenso, isso não vai para lugar nenhum. Coloque para votar, quem tiver voto traz, quem não tiver não traz. Isso aqui é uma CPI, nós temos um prazo limitado. Isso aqui não é Comissão Permanente, onde queremos ouvir e tal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - V.Exa. tem toda razão.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu acho que democracia é maioria. Coloque para votar. Se o PT não quer votar, segundo o Presidente disse, tudo bem. Vale a posição de não votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então, vamos promover a votação, as pessoas que não acharem oportuno votarão contrariamente, sem prejuízo de ser reapresentado depois.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Veja, Sr. Presidente: reconheço e identifico claramente as motivações do Deputado Ivan Valente no ponto de vista político de pretender fazer aprovar o requerimento de autoria dele. Há outros, mas estou me referindo basicamente a este que V.Exa. trata de pretender convocar ou convidar o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eu já trabalhei em outras Comissões, assim como V.Exa. também, Sr. Presidente. As CPIs vão bem quando se consegue estabelecer um tratamento isonômico. É evidente que a maioria acaba aprovando aquilo que, no entendimento dessa maioria, mereça ser aprovado, e a minoria fica com o discurso. Mas o andamento dos trabalhos, enquanto puder ser consensuado, como muito bem foi lembrado aqui pelo ilustre Líder do PT, é fator fundamental para que a CPI possa mostrar resultados. Senão, se começar aqui uma guerra política, sem tratamento isonômico — e tratamento isonômico aqui é coisa pesada, porque nós não vamos admitir convocação, vou falar muito claro, de Fernando Henrique Cardoso sem ter a convocação do Presidente Lula.



E eu não tenho nenhuma pretensão de querer convocar o Presidente Lula. Agora, se a ideia for partir por aí, isso vai dar confusão. Nós estamos querendo trabalhar. Vamos conseguir mostrar resultado, vamos identificar, mas não vamos politizá-la partidariamente, porque senão nós não vamos cumprir com a nossa obrigação enquanto Comissão Parlamentar de Inquérito.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Antonio Carlos Pannunzio, houve já um início nesse rumo que V.Exa. colocou. Houve um requerimento de convocação do Senador, ex-Senador, um convite que foi retirado de pauta, e nós estamos discutindo agora um outro, que tem um certo teor também, até porque, neste caso, seria uma convocação, porque é uma autoridade monetária da época, o ex-Presidente do Banco Central — este, sim, convocação —, Armínio Fraga.

A discussão em torno desse requerimento também é no sentido da sua retirada de pauta, porque havia uma certa dúvida. O Deputado Pedro Fernandes... A discussão veio sendo construída com muitos acordos, mas chega um momento em que o Presidente é escravo do regimento, e o Deputado, com todo o carinho e a amizade que nos unem permite, me deu um puxão de orelha aqui, dizendo que eu tinha de aplicar o regimento. Então, não tenho como fugir dessa responsabilidade de Presidente de colocar em votação.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Aceite aditar o requerimento de retirada de Pauta, Presidente, só desse....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É esse da convocação do Prof. Reinaldo e do ex-Presidente Armínio Fraga.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - O nº 10.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Último inscrito.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - ... eu só queria socializar aqui a ponderação que fiz com o Deputado Berzoini em relação ao entendimento anterior. O nosso entendimento anterior fora o de que nós aprovaríamos os



requerimentos, e, posteriormente, no ritmo dos trabalhos, eles seriam então enquadrados.

A segunda ponderação que fiz foi a de que o requerimento de minha autoria, o de nº 16, seria reformulado sob o critério de convite, retirando-se o impacto no financiamento, porque aí já é o impacto e não a gênese e o que incrementaria a dívida pública. Se nós vamos aprovar o convite para o Secretário do Tesouro Nacional, que faz a gestão da dívida pública, que elabora e que torna público o Plano de Administração Fiscal da Dívida Pública, nós deveríamos também aprovar as autoridades que estão integradas à gênese e ao incremento da dívida pública ou a sua redução.

Então, a gênese, o incremento ou a redução da dívida pública é um tópico. O outro tópico da dívida pública é o seu gerenciamento — e está aí a publicação anual do Plano de Administração Fiscal da Dívida Pública.

Então, eu apelaria no sentido de que nós não revertêssemos a decisão da sessão anterior e aprovássemos o requerimento; posteriormente, é a CPI que vai dizer qual é o momento adequado, com os dados que nós temos à disposição, para que isso possa ser debatido.

Esse foi o apelo que fiz ao Deputado Berzoini.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Alfredo Kaefer, o esforço... Já há um requerimento aqui de retirada de pauta, apresentado pelo Deputado Berzoini, e eu, consciente da ideia de tentar promover o entendimento...

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - É exatamente sobre isso que eu estou querendo falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - ...mas sendo escravo do Regimento, dou a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Há uma proposta do Deputado Berzoini, o PSDB concordou, e eu acho que, pela brevidade, devemos discutir isto: retirada de pauta, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos imediatamente passar à votação.



Há sobre a mesa o seguinte requerimento: *“Retirada de pauta da proposição do Requerimento nº 06, de 2009, constante do Item X da presente pauta”*.

“Sr. Presidente, requeiro a V.Exa., nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento da Interno da Câmara dos Deputados, a retirada da Ordem do Dia do Requerimento nº 06/2009, item X.

Sala de Comissões, 09 de setembro de 2009.

Deputado Ricardo Berzoini”.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, desculpe-me, mas eu tenho a impressão de que esse requerimento já havia saído de pauta. O que estamos examinando agora é o seguinte a este, é o nº 7.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Foi o nº 5 que saiu de pauta.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Então, o nº 5 saiu de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Agora o nº 6, que era...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - O nº 6 é que saiu de pauta. O nº 6, o relativo ao Sr. Armínio Fraga, está à espera de que nomes sejam sugeridos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Nobre Relator, houve um início de entendimento nesse sentido...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Estava tudo certo, depois ele voltou atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - ... mas o Deputado Ivan Valente, com o direito que lhe assiste na condição de... não... Alguns entenderam que tinha havido uma concordância, o Deputado Hauly, se não me engano, até chegou a fazer uma referência nesse sentido, que já teria havido essa aceitação, mas o Deputado Ivan Valente, exercendo plenamente o seu direito regimental, mantém.

Portanto, em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam nos seus lugares; os que rejeitam...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Rejeitam o quê?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O requerimento é de retirada de pauta. Quem ficar nos seus lugares aprova o requerimento de retirada, quem votar contra mantém na pauta. Portanto, o requerimento foi aprovado.

O Requerimento nº 6 está retirado de pauta.

Passemos ao item seguinte.

Agora, sim, o nº 7.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Quer anotar os votos?

Votos contrários: Deputado Pedro Fernandes, Deputado Canuto, Deputado Paulo Rubem, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, sem prejuízo de voltar na próxima pauta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Foi só retirado de pauta. Não foi derrotado o requerimento.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Pois é, ele volta na próxima pauta, na próxima reunião.

Requerimento nº 7, de 2009.

Propõe convite ao Sr. Aristóteles Ateniense, Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para expor sobre aspectos jurídicos do endividamento público.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aqui está convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Esse aqui, sendo de especialista, creio que basta o convite.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - As atuais e ex-autoridades, convocação, em princípio.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Vamos ver caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Caso a caso. Mas, em princípio, um especialista é um convidado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não, Deputado Berzoini. Depois, Deputado Alfredo Kaefer.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Só para entender por que exatamente esse conselheiro, já que a fundamentação não diz. A fundamentação só diz que *“a presente CPI necessitará de subsídios jurídicos para análise do endividamento, razão pela qual propomos o presente requerimento”*. Mas por que o Ateniense?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deputado Berzoini, é uma pessoa especialista da OAB no estudo de dívida pública e seus aspectos jurídicos. Eu acho que é um aspecto importante para entendermos os mecanismos da dívida pública. Então, é alguém da sociedade civil com conhecimento jurídico e conhecimento da dívida pública, um aspecto que nós achamos relevante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Alfredo Kaefer, na sequência, Deputado Hauly.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, em consonância com o Deputado Berzoini, eu havia entendido que, a partir do Requerimento nº 8, nós deixaríamos todos os demais requerimentos suspensos. Foi a concordância do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não houve entendimento. Então, eu tive de ser escravo do Regimento e colocar em votação.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Eu volto a propor essa questão. Que os demais... Já aprovamos muitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - V.Exa. pode fazer um requerimento pedindo a retirada de todos os itens da pauta.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Está bem. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Por favor, já que agora estamos seguindo de maneira mais rigorosa o Regimento da Casa.

Deputado Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Vejam, Excelências, vamos entrar aqui num processo de defesa de teses. O eminente convidado Aristóteles Ateniense vai falar pela OAB, com uma posição da OAB, ou uma posição pessoal?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É da Comissão de Dívida Pública da OAB. Ele vai representar a OAB.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - O.k. Mas ele vem defender uma tese da dívida? Essa é uma preocupação dominante desta CPI. Eu acho que está acontecendo algum equívoco. A CPI, como o Deputado Pedro Novais, com sua experiência de 6 mandatos, indo para o sétimo, nos alerta, realmente aqui o convidado poderá expor todas as suas ideias, seus anseios, seus sonhos, suas alegrias, suas frustrações com relação ao tema. Apresentar sua tese acadêmica, apresentar sua discordância, sua concordância, porque, na verdade, ele não está sob juramento. Então, ele vai vir aqui e dizer: "Olha, eu entendo que nesse momento o Delfim Netto poderia ter feito uma aplicação de juros muito maior do que ele fez. Então, o que desejamos? Qual é o objetivo? Fazer um trabalho para a Nação?"

Quando o Fernando Henrique fez o trabalho lá no Senado, era uma Comissão Especial, não era uma CPI. Eles deram uma contribuição ao País para entender a dívida. Aliás, acho que é uma coisa importante entender a dívida, a que nós estamos fazendo hoje e a que nós estamos pagando de ontem. Cada dia que passa, dos 365 dias do ano, este País, este Governo cria uma dívida nova e paga uma dívida velha. Então, o que nós desejamos? Qual é o objetivo de o Ateniense vir aqui pela OAB? Se fosse um manifesto: "A OAB — Ordem dos Advogados do Brasil tem essa posição, essa decisão do colegiado", daria uma grande contribuição, sem dúvida. Não o conheço, desculpe, com todo o respeito, e com um nome tão forte desse. Eu acredito que possa haver uma colaboração acadêmica, como um pensador, um estudioso, como os livros que há aí, os autores desses livros todos que estão por aí poderão vir aqui dar uma contribuição inestimável a todos nós.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Em discussão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero defender a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Por favor, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Queria colocar o seguinte: acho que a CPI... Vamos estudar o funcionamento de uma CPI. Pode haver pessoas convocadas ou convidadas. Ela vai formar massa crítica para que o relatório final seja feito. O relatório final a ser feito pelo Relator e também por pessoas que queiram apresentar voto em separado. Se nós não queremos obter subsídios da



sociedade, tantos os convidados como os convocados... Nós aprovamos aqui também, no requerimento do Deputado Paulo Rubem Santiago, o do Marcio Pochmann, um economista. Está certo? Ele virá aqui e dará uma contribuição, uma análise que ele tem, um reconhecimento público.

Olha, eu pelo menos respeito o trabalho da OAB. A OAB não vai constituir uma comissão, nomear um membro seu, um dirigente que trabalha e que nós estamos chamando, que é uma pessoa da sociedade civil — entende? —, uma pessoa que vem representar uma organização respeitável da sociedade civil e tem a sua responsabilidade sob o aspecto jurídico. Por isso nós fizemos esse convite, e eu não vejo nenhum problema nisso, entendeu? É uma contribuição sob o aspecto até jurídico. É um outro viés, digamos assim, da questão da dívida. Não é só o crescimento da dívida, mas sua legalidade, sua legitimidade, um debate público que nos interessa e ajuda a formar massa crítica e opinião na Comissão.

Não vejo nenhum problema e até volto ao meu argumento, Presidente, perante os outros Deputados. Nós devíamos sair daqui aprovando 3, 4 requerimentos. Eu não tenho atritos ou questionamentos, como o do Deputado Carreira ou o próximo, do Deputado Paulo Rubem, para a Comissão começar e poder operar com a agenda das pessoas.

Por isso eu peço a aprovação.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu só quero dar mais uma sugestão. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O Deputado Berzoini estaria com a palavra, mas se quiser ceder a vez...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Eu cedo. Falo depois.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Só um minuto. Porque eu entendo a OAB como a Ordem dos Advogados do Brasil. Acho que é muito bem-vindo esse Departamento, mas e o Conselho Federal de Economia? E os contabilistas? O que vamos fazer aqui? Cada dia vem um? É por isso que essa matéria...

Então, eu sugiro que, nessa mesma oportunidade, venham os principais conselhos, o da área, que é o de economia, o de contabilidade, que têm afinidade com a matéria...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - ... tanto quanto os juristas, os constitucionalistas, os legalistas, para verificarmos a opinião deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Hauly, com a sua paciência já demonstrada sobejamente aqui, separando um pouco a condição de Presidente da Mesa, o Tribunal de Contas da União tem um departamento de auditoria pública da dívida, e o Dr. Laerte Vieira, contabilista, economista e especializado nessa área, já auditou a dívida e saberá responder o que tem ilegalidade ou não.

Eu também sugiro, se não tiver na área jurídica, a Dra. Misabel Dersi, a jurista mais economista que eu conheço, não só por ser minha amiga, mas por que ela é especializada nas áreas de economia, Deputado Kaefer.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não, Deputado Berzoini. Mas não insisto. Eu reconheço a minha... Mas ela é uma jurista que se especializou ao longo do tempo em Direito Econômico, Direito Tributário.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Eu sugiro apenas — e havia sugerido antes — não examinar mais nenhum requerimento, para organizarmos um pouco o processo. E, aí, eu peço até a contribuição do nobre Relator. Qualquer requerimento que formos apreciar, se houver uma construção política anterior à deliberação, com certeza, nos ajuda muito.

Eu levantei o questionamento em relação ao Sr. Aristóteles Ateniense simplesmente por não conhecê-lo. Não sei quem é. Pode ser que seja uma pessoa que dê uma contribuição brilhante.

Eu não tenho como votar, a partir simplesmente do requerimento que foi apresentado aqui, uma fundamentação extremamente lacônica. Então, sugeriria — volto a sugerir, na tentativa de um acordo — que: ou não apreciemos mais nenhum requerimento e busquemos, ao longo desta semana e da próxima, negociar um conjunto de audiências públicas em que haja concordância, por parte pelo menos de uma maioria na Comissão, sobre a natureza e o objetivo de cada audiência, para não sairmos fazendo audiências públicas desconectadas de um roteiro; ou



examinamos apenas o Requerimento nº 12, porque esse — pessoalmente, concordo — seria uma audiência com o atual Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin.

Quero manifestar previamente que não concordo com o item 13, o Requerimento nº 16, do Deputado Paulo Rubem Santiago, de já aprovar a convocação, neste momento — posso concordar depois, se for necessário —, do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda. Acho que nós não devemos aprovar requerimento dentro de uma lógica de agendá-los a qualquer momento. Tem de ter uma sequência, tem de ter uma lógica.

E, por isso, quero manifestar, desde já, que vou encaminhar contra, mas que acho que esta Comissão pode sair daqui com 2 requerimentos aprovados — e, num deles, temos 2 economistas, para fazer um debate sobre as políticas macroeconômicas e seus impactos na dívida pública brasileira, e o outro com o titular da Secretaria do Tesouro Nacional, para fazer um balanço da dívida pública ao longo dos últimos anos, a partir da visão institucional da Secretaria do Tesouro. Eu acho que nós poderemos sair daqui com um acordo, sem prejuízo de examinarmos todos os requerimentos em um outro momento.

Repito: não quero fazer nenhuma disputa política. É mais para organizar o trabalho da CPI.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, pergunto se não poderiam vir os dois, o da OAB e o da Secretaria, no mesmo dia. Eu acho interessante: o da OAB, o Ateniense, e o da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Pedro Fernandes, agora é a minha vez de fazer um apelo a V.Exa. quanto à observância do Regimento: há um inscrito: o Deputado Paulo Rubens, e, na sequência, V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu queria compreender que nós estamos, dentro desse espírito do entendimento, caminhando para não votar mais nenhum requerimento hoje. E, aí, eu apelaria inclusive ao Deputado Berzoini para não votarmos nem a convocação, o convite ao Secretário do Tesouro Nacional, porque nós temos de explicar para nós e para a sociedade qual é a lógica que vai pautar as nossas decisões.

E, aí, eu gostaria de entender: independente de quem seja hoje Ministro da Fazenda ou Presidente do Banco Central, parte do estoque dessa dívida vai vencer,



talvez, no futuro Governo, depois do próximo que virá. E à luz do que acontece hoje, parte do estoque dessa dívida, quando vencer, talvez daqui a 10 anos, vai continuar comprometendo parte da necessidade de investimento do Estado brasileiro e do financiamento de políticas sociais — talvez para os netos, que nem nasceram ainda, de alguns que estão aqui.

Então, se é para chegarmos a um entendimento, eu volto a ponderar, e vou mais além do que o próprio Deputado Berzoini: nós não votamos mais nada. Porque ouvir, por exemplo, primeiro, o Secretário do Tesouro Nacional, que administra a dívida, sem ouvir antes sobre a gênese e sobre as decisões que aumentam ou diminuem a dívida, não tem lógica. Qualquer seja o Presidente do Banco Central ou Ministro da Fazenda, não tem lógica! Para ouvir quem administra a dívida tem de ouvir primeiro, neste momento, quem está com a responsabilidade de tomar decisões que incidem ou na diminuição da dívida ou no incremento da dívida. Um exemplo: a dívida tinha um peso, com a variação cambial há anos, que não tem mais hoje. Isso é um mérito! Agora, quem é que vai falar sobre isso?

Se o Secretário do Tesouro Nacional virá — e virá para falar sobre a administração da dívida —, é na página do Tesouro Nacional que se encontra o plano de administração da dívida. Mas, antes, tem de vir quem toma decisões que aumentam ou reduzem a dívida e que, por isso, provocam impacto no Orçamento Fiscal da União.

Então, eu entendo, e quero somar nessa direção, que não aprovaremos mais nada, nem a decisão do convite ao Presidente do Banco Central e ao Ministro da Fazenda, nem ao Secretário do Tesouro. Que deixemos para amadurecer na próxima sessão esse arcabouço das sessões com autoridades — e me valho aqui da ponderação do Relator na semana passada —, que nós fechemos, então, na próxima semana...

Façamos um esforço, vamos fechar na próxima semana qual é o nosso primeiro painel com as autoridades e a nossa primeira rodada com autoridades e com convidados. Bater o martelo; prego batido, ponta virada. Façamos essas audiências com autoridades e convidados, sem prejuízo de uma segunda rodada, de um segundo tempo, nem que vá depois para a morte súbita, mas façamos as rodadas necessárias.



Essa é a ponderação que eu faria, apelando quanto a essa questão da lógica. Para chamar primeiro quem trata da gestão da administração tem que chamar anteriormente quem trabalha na gênese, no incremento ou na redução da dívida. É lógico!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Pedro Fernandes. Na sequência, Deputado Pannunzio.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Eu também, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, eu estava querendo sugerir que esse convidado cujo projeto está em pauta pudesse vir junto com o Secretário da... Eu acho que a OAB é uma instituição que tem um ponto de vista e está discutindo, e o Governo também faria...

Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Pannunzio. Na sequência, Deputado Luiz Carreira e, depois, a Deputada Jô Moraes

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Sr. Presidente, o ilustre Relator, Deputado Pedro Novais, na reunião passada, apresentou... deu conhecimento a todos nós de uma proposta de roteiro de trabalho da CPI. Agora, salvo qualquer erro de interpretação minha, esse roteiro não foi debatido nem ainda aprovado. Por que, então, não debatemos, não aproveitamos ainda esta reunião de hoje para debater, fazer a aprovação formal da propositura do ilustre Relator, e a partir daí termos um esquema de trabalho montado, que, com naturalidade, nos dará depois um cronograma na questão dos requerimentos de convocação da A, B ou C.

Eu acho que a propositura do Deputado Pedro Novais botaria um ordenamento, se for acatada pelos pares aqui nesta CPI, um ordenamento dos trabalhos, e eu acho que aí as coisas fluiriam mais adequadamente, Sr. Presidente.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Eu só queria fazer uma ponderação, porque, na verdade, eu não vou nem fazer a defesa do meu requerimento, porque ele está aqui no conjunto dos outros. Mas o que eu queria dizer é o seguinte: nós estamos solicitando no primeiro bloco uma série de informações, que vão desde informações históricas até informações atuais. Depois, nesse segundo bloco, nós



estamos iniciando pela discussão de alguns aspectos do ponto de vista técnico, chamando alguns especialistas, chamando até membros da OAB etc.

Então, eu acho que não vejo nenhuma contradição em chamar o representante do Tesouro, quer dizer, o Secretário do Tesouro Nacional para vir trazer o espelho da situação atual. Aí, depois, vamos trazer as autoridades políticas, que vão ser chamadas a responder sobre aspectos do que foi discutido. Chamá-las aqui, agora. Até tenho a impressão de que se vai perder a oportunidade de fazê-lo, porque não se tem nem o necessário conhecimento. Talvez... A não ser que alguns já o tenham totalmente e não precisem dessa informação, que possam fazer, digamos, diretamente, suas arguições, sem precisar uma atualização maior sobre a questão atual da dívida, sobre como é que vem sendo administrada, enfim.

Eu acho não invalida. A ordem dos fatores aqui não invalida o produto. Eu acho que até tem mais lógica se começarmos a discutir desde a parte... desde a academia, desde os órgãos governamentais encarregados da gestão da administração, para se chegar depois às autoridades políticas. Aí, até, eventualmente, alguém pode querer convocar o Presidente Fernando Henrique, outro pode querer convocar o Figueiredo. Enfim, não importa. Agora, eu acho que há uma lógica, você está entendendo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Ou o Itamar. Há uma lógica que, na verdade, eu acho que deve ser seguida. E a lógica tem de ser compatível até com o cronograma de trabalho do próprio Relator, que vai estruturar em cima dos seus itens, mais ou menos, o que é interessante já discutir de imediato, para ir criando massa crítica e se poder, depois, efetivamente fazer o debate político.

A minha ideia aqui era exatamente a de não fazer esse debate político agora, trazer simplesmente os fatos. Aí, depois, nós discutirmos. O debate político vamos fazer no momento oportuno, que não é agora.

Era só essa a ponderação. Mas não estou aqui também fazendo grandes exigências sobre a defesa do meu requerimento, não. Se quiser remeter para outro dia, também não faço nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Lembrando que nós estamos discutindo o Requerimento nº 7.



Com a palavra a Deputada Jô Moraes.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, eu quero concordar com a proposta do Deputado Berzoini de retirada de pauta dos itens restantes. Também considero que não haveria nenhuma polêmica na aprovação do requerimento do Deputado Luiz Carreira, que seria de consenso. Eu não concordo em que nós discutamos individualmente com uma sociedade ou outra, ou com alguém da sociedade. É preciso ter racionalidade.

Concordo em que na próxima reunião, como bem encaminhou o Deputado Pannunzio, nós possamos construir requerimentos que atendam ao critério aí. Por isso, encaminho pela retirada de pauta dos 3 restantes.

Aproveito para encaminhar um requerimento de congratulações a V.Exa. pelo seu aniversário e pela sua competência na condução dos trabalhos aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigada, Deputada Jô. Há coisas que só assentam para os outros. Uma delas é aniversário.

Não havendo mais nenhum Deputado inscrito, e lembrando que estamos discutindo determinado requerimento e que não apareceu... Acho que sim, apareceu. Desculpe. Há um requerimento sobre a mesa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não, esse é o que foi votado. Ele fez um requerimento novo?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - De retirada de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então, não houve requerimento novo?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Eu sugiro, Sr. Presidente, se houver acordo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Ah, bom! Então, uma consulta, por favor.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Se houver acordo, nós podemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Uma consulta. Desculpe, Deputado Berzoini. O requerimento não foi apresentado, porque há uma tentativa de acordo. Então, se há um acordo em torno da proposta apresentada pelo



Deputado Berzoini de se aprovar o requerimento de convocação do Secretário do Tesouro, Dr. Arno Augustin, e a retirada dos demais para a próxima reunião...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Realmente, quero entender os argumentos. Só queria entender. Porque aqui, no Armínio Fraga, eu até entendo a resistência do Deputado Haully etc. e tal.

Em relação ao convite a ser feito a um membro da OAB, o que eu ouvi aqui foi o seguinte: *“Não, mas podia convidar o Conselho Federal da Ordem também”*. Ora, entrem com requerimento. Quem quiser entre com requerimento. Vamos ser afirmativos, gente! Não vamos ser negativos. Nós não podemos ser negativos. A CPI quer ouvir, quer juntar massa crítica. Não dá para entender. O Deputado Berzoini disse que não quer o representante da OAB porque não sabe quem é. Mas, então, alguém pode levantar outra pessoa. O Presidente propôs a Sra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O Laércio Mendes Vieira, do TCU.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, a Sra. Misabel

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Ah, isso eu propus também. Uma ideia é a Dra. Misabel.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Proponha a Dra. Misabel, e vamos fazer o debate. Não há divergência sobre isso. Como eu concordo em votar o requerimento do Deputado Carreira. Acho que não podemos travar a CPI, gente. E CPI não é coisa que se enquadre.

Pergunto aos Deputados do PSDB ou ao PT de quando fazia as CPIs se, caso o Relator da CPI da PETROBRAS for apresentar o seu roteiro, os Deputados e Senadores do PSDB lá vão se limitar ao que o Relator quiser que se enquadre? Ou os do PT? Isso não existe, Deputado Berzoini. Vamos ser sérios nesse negócio.

A CPI deve votar as questões. O roteiro orienta o Relator e, se a CPI aceitar, orienta a CPI. Mas qualquer Parlamentar tem autonomia, soberania para fazer propostas. Claro, se ele tiver força para aprovar. Mas nós temos de andar para frente, gente. Não podemos ter uma postura negativista aqui. O fato de ter



apresentado um conjunto de proposições é para que a CPI ande. Ela demorou um ano e meio para ser instalada.

Esse é o apelo que eu faço aos Deputados. Um ano e meio! Desde a coleta das assinaturas, a entrega lá, a sanção pelo Presidente Chinaglia e, depois, a nomeação dos membros. Demorou um ano e meio, Deputada Jô Moraes. Um ano e meio! Nós temos 3 meses para fazer a CPI.

O problema é o seguinte... Eu concordo, eu não tenho nenhum problema em fazer o acordo, quero votar o do Deputado Carreira, até porque nós corremos o risco de chegar aqui e não ter, na semana que vem, nada para fazer, porque não há nem requerimento aprovado. Se apresentarmos outro, vão dizer que já há muitos aprovados.

Eu queria fazer um apelo à Comissão para que sejamos propositivos. Quem quiser apresentar requerimento, que apresente. Eu quero votar a favor do relatório do Deputado Carreira. Não há nenhum problema se acontecer a retirada do meu requerimento também, mas eu queria fazer esse registro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Presidente, eu pediria que se colocasse em apreciação a proposta do Deputado Berzoini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É exatamente o que eu iria falar aqui, Deputado Alfredo Kaefer. Há um requerimento que poderá ser encaminhado pelo autor. Não cabe discussão de requerimento, mas lembrando que antes estava inscrito o Deputado Hauly. E haviam se levantado também o Deputado Berzoini e o Deputado Alfredo Kaefer, que, pelo meu entendimento, já usou a palavra.

Então, há sobre a mesa requerimento de retirada da pauta dos Itens 11, 12 e 13.

Deputado Hauly, V.Exa. abre mão?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não. Eu só estou dizendo que, se há alguém que está querendo enquadrar a CPI, este é o Deputado que acabou de falar, que dominou a reunião inteira, aprovou tudo o que quis e não tem o mínimo de compreensão para fazer o entendimento de um requerimento que podemos



aperfeiçoar junto com o grego dele aí. Podemos também botar um brasileiro aí no meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas é um grego da melhor estirpe, um ateniense.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Claro. Pode convocar um espartano também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Presidente, em um minuto, só para argumentar. Acho que o Deputado Ivan Valente tem todo o direito de propor o que quiser, evidentemente. E eu tenho todo o direito de discordar. Mas nós temos o direito e o dever aqui de tentar construir um caminho para a CPI. O que eu estou propondo é construir um caminho para a CPI.

Aprovando requerimentos — e perdoe-me o Deputado Ivan Valente — pouco fundamentados, a partir da lógica que S.Exa. estabeleceu para a CPI, não vamos chegar a lugar algum. Na minha opinião, em CPI, em cada requerimento, se possível, o Relator deve dar um parecer sobre se enquadra, digamos, naquilo que foi estruturado em termos de plano de trabalho ou não. Porque eu não tenho tempo disponível para fazer audiências públicas de baixa utilidade e quero participar desta CPI ativamente.

Então, sugiro justamente isto: que tenhamos aqui um ambiente de respeito mútuo e que procuremos construir um caminho para a CPI a partir dos diferentes pontos de vista sobre o assunto, e não tentar impor o ponto de vista minoritário de uma posição política. Então, eu sou favorável a aprovar que venha aqui o Meirelles, o Guido Mantega, mas acho que, neste momento o requerimento já aprovado dá o *start* para o processo. Concordaria com o requerimento do Luiz Carreira, mas, dada a radicalização aqui, sou da linha de que não votemos mais nada hoje, ou que retiremos de pauta. A partir daí, que possamos estruturar um entendimento político, e não uma imposição política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não há mais quem queira se pronunciar.

Há sobre a Mesa requerimento com o seguinte teor:



“Requeremos, nos termos regimentais, a retirada de pauta dos itens 11, 12 e 13 da pauta. “

Assinam os Deputados Ricardo Berzoini e Jô Moraes.

São todos os itens restantes. Portanto, trata-se de um requerimento que transfere todos os itens para a próxima reunião.

Em votação o requerimento.

A aprovação do requerimento implica a retirada dos demais itens da pauta.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam em seus lugares. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário do Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. fizesse constar em ata a realização de reunião com os movimentos que tratam da dívida, na próxima reunião, às 14h, lá na Comissão, ou melhor, aqui no plenário. Que sejam convidados formalmente todos os Deputados para essa atividade da sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Atenção, membros da CPI: há um pedido do Deputado Ivan Valente, que independe de votação, e a Presidência tem a pretensão de acolher, porque seria um convite para uma reunião que vai ser feita na Casa. Então, Deputado Ivan Valente, seria uma reunião com os Deputados que assim o desejassem. Nós faríamos uma reunião, em local a ser divulgado, com os movimentos sociais. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É apenas um aviso.

Nada mais havendo a tratar, está finalmente encerrada a presente reunião, antes, porém, convoco a próxima reunião para quarta-feira, às 14h30min, em plenário a ser divulgado.